

O que nos dizem os grupos de pesquisa e os programas de pós-graduação sobre os direitos humanos no Brasil

- Lo que nos dicen los grupos de investigación y los programas de postgrado sobre los derechos humanos en Brasil
- What the research groups and the postgraduate programs about human rights in Brazil tells us

Allene Carvalho Lage¹

Resumo: O objetivo desse artigo é analisar a estrutura e a produção do conhecimento em direitos humanos na perspectiva dos grupos de pesquisa e dos programas de pós-graduação na perspectiva de compreender o cenário nacional dessa produção e suas instituições, no período de 2000 a 2015. Nossa discussão teórica contemplou a questão da produção do conhecimento sobre direitos humanos no Brasil, assim como o cenário e a estrutura dessa produção. Para tanto nos apoiamos em Tosi (2005), Freitas (2005), Benado (2004), Sader (2007), Andrade (2008) e Camino (2005) para discutir o contexto em que se deu o surgimento das primeiras discussões desse tema no Brasil e na América Latina. Harding (1998), Nunes (2001), e Queiroz (2005), nos deram subsídios para discutir a questão da ciência e da produção do conhecimento. E Ramírez (2004) e Viola (2007) sobre os

1 Pós-doutora em Direitos Humanos pela UFPE. Pós-doutora em Educação na UFRGS. Doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Docente da Universidade Federal de Pernambuco no Curso de Pedagogia e no Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea. allene Lage@yahoo.com.br

surgimento e organização da pós-graduação no Brasil, com destaque para os Programas de Pós-graduação em Direito e Direitos Humanos. O lugar de coleta de dados foi a Biblioteca Digital Brasileira de Teses de Dissertações do IBICT e o Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. A perspectiva analítica partiu dos pressupostos da Sociologia das Ausências de Santos (2002). Utilizamos o Método Estatístico, pois este pode oferecer uma maior precisão à análise quantitativa, entretanto a partir destes resultados elaboramos uma análise qualitativa. As nossas conclusões nos confirmaram a hegemonia da Região Sudeste, em número de grupos de pesquisa, instituições e também em produção de teses e dissertações com o tema: Direitos Humanos. No entanto também nos mostrou que a Região Nordeste está um pouco à frente da região Sul em GPs, e produção científica, apesar de um menor número de instituições envolvidas. Todas as regiões brasileiras demonstram uma relação objetiva entre sua agenda epistemológica, traduzida nos temas dos Grupos de Pesquisa, com as problemáticas sociais, econômicas e ambientais que definem a luta por direitos humanos.

Palavras-chave: Produção do conhecimento. Direitos humanos. Programas de pós-graduação. Grupos de pesquisa.

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar la estructura y la producción del conocimiento en derechos humanos en la perspectiva de los grupos de investigación y de los programas de postgrado en la perspectiva de comprender el escenario nacional de esa producción y sus instituciones en el período del 2000 al 2015. Nuestra discusión teórica contempló la cuestión de la producción del conocimiento sobre derechos humanos en Brasil, así como el escenario y la estructura de esa producción. Así que nos apoyamos em Toshii (2005), Freitas (2005), Benado (2004), Sader (2007), Andrade (2008) y Camino (2005) para discutir el contexto en el que se dio el surgimiento de las primeras discusiones de ese tema en Brasil y América Latina. Harding (1998), Nunes (2001), y Queiroz (2005), nos dieron subsidios para discutir la cuestión de la ciencia y la producción del conocimiento. Y Ramírez (2004) y Viola (2007) sobre los surgimientos y la organización del postgrado en Brasil, con destaque para los Programas de Postgrado en Derecho y Derechos Humanos. El lugar de recolección de datos fue la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis de Disertaciones del IBICT y el Directorio de Grupos de Investigación del CNPq. La perspectiva analítica partió de los presupuestos de la Sociología de las Ausencias de Santos (2002). Utilizamos el método estadístico, pues este puede ofrecer una mayor precisión al análisis cuantitativo. Sin embargo, a partir de estos resultados elaboramos un análisis cualitativo. Nuestras conclusiones nos confirmaron la hegemonía de la Regi-

ón Sudeste, en número de grupos de investigación, instituciones y también sobre la producción de tesis y disertaciones con el tema: Derechos Humanos. Pero, también nos mostró que la Región Nordeste está un poco por delante de la región Sur en GPs, y producción científica, a pesar de un menor número de instituciones involucradas. Todas las regiones brasileñas demuestran una relación objetiva entre su agenda epistemológica, traducida en los temas de los Grupos de Investigación, con las problemáticas sociales, económicas y ambientales que definen la lucha por derechos humanos.

Palabras clave: Producción del conocimiento. Derechos humanos. Programas de postgrado. Grupos de investigación.

Abstract: The objective of this article is to analyze the structure and production of human rights knowledge from the perspective of research groups and graduate programs in order to understand the national scenario of this production and its institutions, from 2000 to 2015. Our theoretical discussion contemplated the question of the production of knowledge about human rights in Brazil, as well as the scenario and the structure of this production. To that end, we support on Tosi (2005), Freitas (2005), Benado (2004), Sader (2007), Andrade (2008) and Camino (2005) to discuss the context in which the first discussions of this theme in Brazil and Latin America. Harding (1998), Nunes (2001), and Queiroz (2005), gave us subsidies to discuss the issue of science and the production of knowledge. And Ramírez (2004) and Viola (2007) on the emergence and organization of postgraduate studies in Brazil, with emphasis on the Postgraduate Programs in Law and Human Rights. The place of data collection was the Brazilian Digital Library of Theses of Dissertations of the IBICT and the Directory of Research Groups of the CNPq. The analytical perspective started from the assumptions of the Sociologia das Ausências de Santos (2002). We used the Statistical Method, since this one could offer a greater precision to the quantitative analysis, however from these results we elaborated a qualitative analysis. Our conclusions confirmed the hegemony of the Southeast Region, the number of research groups, institutions and also the production of theses and dissertations with the theme: Human Rights. But also showed us that the Northeast Region is a little ahead of the region South in GPs, and scientific production, despite a smaller number of institutions involved. All the Brazilian regions demonstrate an objective relationship between their epistemological agenda, translated in the themes of the Research Groups, with the social, economic and environmental problems that define **the struggle for human rights**.

Keywords: Knowledge production. Human rights. Postgraduate programs.

Research groups.

Introdução

Os direitos humanos, numa perspectiva contemporânea, têm como marco importante a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, que segundo Tosi (2005, p. 22) a partir da Declaração, através de várias conferências, pactos, protocolos internacionais, a quantidade de direitos desenvolveu-se evidenciando três tendências: universalização, multiplicação e diversificação ou especificação.

Existem várias concepções sobre direitos humanos, umas de cunho mais naturalistas, outras mais positivistas. No âmbito do nosso estudo, partimos de uma visão mais humanista, que corrobore para a compreensão do preceito inalienável de que todos os seres humanos são sujeitos desses direitos, como nos aponta Freitas (2005):

Direitos Humanos são, literalmente, os direitos que se têm simplesmente como ser humano. Como tal, trata-se de direitos iguais e inalienáveis: iguais porque somos todos igualmente seres humanos; inalienáveis porque, não importa quão desumanos nós sejamos em nossos atos ou na forma de sermos tratados, não podemos ser nada além de seres humanos (p. 278)

Numa perspectiva convergente, Benado (2004) ao discutir o pluralismo dos direitos humanos, assevera sobre a necessidade de se compreender que os direitos humanos não podem ser violados de nenhuma maneira, já que são condição irreparável de todo o ser humano. Nesta direção afirma que,

La doctrina de los derechos humanos sostiene que todos y cada uno de los individuos tiene un conjunto de derechos que no deben ser violados por nadie, por ninguna institución, nin por ningún. Porque dichos derechos expresan aquello que todos los seres humanos tienen en común y, por lo tanto, no pueden existir circunstancia alguna que justifique su violacion. (p. 62)

O surgimento das preocupações sociais sobre direitos humanos ocorreu num cenário pós-guerra, quando na América Latina essa questão ganha relevo e amplitude nas lutas contra o regime das ditaduras que atingiram quase todos os países desse território político, nas décadas de 1960 a 1980 principalmente. Nos países de África, este período é tomado por lutas de libertação colonial, de modo que o dito Terceiro Mundo, por aproximadamente 30 anos, esteve coberto por histórias de violações dos direitos humanos, em boa medida financiadas pelos países da Europa e Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, da luta entre Capitalismo e Comunismo.

Para Sader (2007, p. 81), o surgimento do tema direitos humanos no Brasil surgiu no período prévio ao da ditadura militar quando

[...] o tema dos direitos humanos não fazia parte da pauta de debates políticos, nem dos programas educacionais, ficando reduzido aos currículos dos estudos jurídicos. Foi durante a ditadura militar que o tema dos direitos humanos ganhou espaço de destaque.

No plano nacional, comissões de direitos humanos, compostas por juristas, por membros da Igreja Católica, do meio universitário, de movimentos sociais, foram incorporados ao campo das lutas políticas, dos debates, das denúncias, das matérias de jornal, de teses acadêmicas. A temática passou a disputar espaço no discurso hegemônico, no plano nacional.

Durante este período, os países latino-americanos, incluindo o Brasil, vivenciaram graves e prolongadas violações dos direitos humanos, com torturas desumanizantes, guerrilhas nas lutas pelo socialismo, que marcaram para sempre a história desse continente. Com a retomada dos processos democráticos nos países da América Latina nas décadas 1980 e 1990 a temática direitos humanos começa a despertar interesse de estudos e pesquisa para compreensão do fenômeno.

Existe um argumento que os defensores e promotores dos direitos humanos não deixam de lembrar: o valor absoluto da dignidade humana [...] Segundo a reflexão filosófica sobre a moral (ou simplesmente a ética), o ser humano é um fim incondicionado e tem um valor absoluto e por isso ele não tem preço e não deve ser visto como um ser intercambiável, tal como os instrumentos ou as mercadorias; mas sim como um ser respeitável na dignidade que deriva de sua condição humana (ANDRADE, 2008, p. 57)

Andrade tem razão em seu argumento, pois o cerne dos estudos e das lutas por direitos humanos está centrado na ideia da dignidade humana. Sendo esta a qualidade primordial a que todo o ser humano tem por prerrogativa, o respeito absoluto pela sua condição humana, a preservação da dignidade é o termômetro que indica a capacidade que uma sociedade tem em garantir as condições mínimas de ser democrática e de respeitar seus cidadãos e cidadãs. É como afirma Camino (2005, p. 235):

O que as primeiras declarações modernas dos Direitos Humanos trazem de novo à tona é a universalidade das expectativas e a força da crença no fato de que todas as pessoas, independentemente de sua posição social, possuem os mesmos direitos e, portanto, podem esperar receber o mesmo tratamento.

Este artigo se situa no âmbito de uma pesquisa maior, realizada dentro de Estágio Pós-doutoral, desenvolvida nos meses de agosto de 2015 a fevereiro de 2016, sobre a Produção do Conhecimento em Direitos Humanos no Brasil, no período de 2000 a 2015, em cima de dois eixos, que foram os Grupos de Pesquisa

(GP) sobre DH no Brasil e a produção de Programas de Pós-graduação com teses e dissertações que contenham a expressão Direitos Humanos no título.

Em sendo assim, na delimitação epistemológica desse artigo, o objetivo é analisar a estrutura e a produção do conhecimento em direitos humanos na perspectiva dos grupos de pesquisa e dos programas de pós-graduação na perspectiva de compreender o cenário nacional dessa produção e suas instituições.

A metodologia utilizada teve um cunho quantitativo com análise quantitativa sobre os dados levantados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (<http://cnpq.br>) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT (<http://bdtd.ibict.br>), ambos disponíveis na Internet. A Coleta de Dados para esta pesquisa foi realizada dentro do período do Estágio Pós-doutoral – 15/08/2015 a 15/02/2016.

As datas-bases de coletas de dados, nestes dois importantes bancos de dados da Ciência brasileira, foram as seguintes: I) no Diretório de Grupos do CNPq ocorreu no dia 23 de outubro de 2015; e II) na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT ocorreu no dia 17 de dezembro de 2015 e complementada no dia 8 de janeiro para fechar a produção de 2015, referente ao período 2000 a 2015.

A pesquisa realizada tratou-se de um estudo exploratório, pois teve a finalidade de inicialmente levantar um conjunto de informações sobre a produção científica referente a à área de Direitos Humanos, a partir de Grupos de Pesquisa e dos Programas de Pós-graduação, na perspectiva de conhecer o cenário da produção do conhecimento sobre direitos humanos no Brasil.

1. Produção do conhecimento em direitos humanos

João Arriscado Nunes (2001, p. 299) diz que a teoria e o ato de teorizar são indissociáveis do olhar, um olhar apropriativo e dominador, o olhar da observação, do exame, da representação, mas também um olhar que nos lembra onde estamos, igualmente, perante uma percepção incorporada de algo que nos remete ao domínio do estético e do sensorial, o olhar da contemplação de um espectáculo, da assistência a uma festa, da participação em cerimônias cívicas ou religiosas, mas também da meditação e da especulação, não constrangida pela subordinação aos imperativos desse «outro» da teoria que é a prática.

De fato, a teorização dá-se pelo olhar, um olhar ideológico, que se expressa desde o momento da escolha da problemática a ser estudada. Sendo, este olhar contextualizado dentro da própria cultura, a forma de conhecer e organizar o mundo só pode, por consequência, encontrar eco e significação nos seus próprios espaços. Neste sentido, pretendemos – ao olhar o campo de pesquisa em Direitos Humanos no Brasil, por meio da produção de teses e

dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil e dos grupos de pesquisa que têm no título a expressão direitos humanos – apontar o que, para a ciência brasileira, interessa estudar nesse campo de estudo interdisciplinar.

No que se refere aos direitos humanos, enquanto um campo epistêmico, Queiroz (2005, p. 225) comenta o universo das pesquisas sobre este tema.

Penso que o melhor que podem fazer os que pesquisam direitos humanos é tornar familiar o que ainda se afigura distante, é trazer para o cotidiano da comunidade em que vivemos, situações, problemas, eventos, informações sobre temas aos quais ainda não damos a devida atenção, pelos quais passamos ao largo, que dizemos aconteceram com “eles” e não com “um de nós”.

Queiroz tem razão em seu argumento, pois existe uma grande necessidade de pesquisa sobre direitos humanos e estas demandas vão surgindo principalmente quando nos deparamos com as situações de violência, muitas vezes presentes em nosso cotidiano, mas invisíveis ou mesmo apartadas de nós. Nessa medida, sempre colocamos o Outro como objeto das mais variadas violações, e não nós, mesmo que em pequenas situações também sejamos objetos dessa violação. Em face disso, produzir conhecimentos na área de direitos humanos nos impõe a ter em conta a questão da neutralidade, interrogando-nos sobre até que ponto estudar as violações dos direitos humanos pode também nos levar a olhar nós mesmos.

Entretanto, ao pensar sobre a ideia de neutralidade na perspectiva com que os conhecimentos se constroem, Harding (1998, p. 124) tece uma crítica, argumentando que as velhas teorias insistiram na possibilidade e no desejo de uma cultura científica neutra, que seria assegurada por um método distintivo, que só seria exercido se no contexto de justificação e seria produzido exclusivamente por uma reflexão perfeita, universalmente válida da ordem da natureza; e seria descoberta por comunidades de especialistas, pois estes isolam no trabalho científico as correntes sociais que fluem pela vida pública e privada.

Pondo em causa a impossibilidade da neutralidade do trabalho científico, Harding trabalha ainda com a ideia da objetividade forte, no qual o elemento de objetividade é produzido sem a promessa de neutralidade total. Para ela, o mito de que a ciência é um empreendimento objetivo, feito corretamente apenas quando os cientistas podem descascar os constrangimentos da cultura deles/as e assim possam ver o mundo como realmente é. Acrescenta ainda, que a ciência é uma atividade socialmente embutida, progride por meio da visão e da intuição e em contextos culturais. Enquanto uma comunidade científica compartilhar suposições, existem hipóteses de uma aplicação mais cuidadosa de métodos científicos (IBIDEM).

De fato, o discurso da neutralidade pouco tem de concreto no âmbi-

to das atividades científicas, já que toda trajetória de uma investigação – da concepção do projeto até a utilização de seus resultados – é um caminho de escolhas políticas e carregado de compromissos. Nesse sentido, em Direitos Humanos, uma área na fronteira do científico com o político, a questão da neutralidade se revela como um espelho de contrários. Por um lado aponta para a luta política e o ativismo epistemológico de seus pesquisadores e pelo o outro lado, a exigência do científico se torna o reflexo de imagens, por vezes rivais, por vezes complementares. Nessa direção, Ramírez (2004, p. 31) ao discutir os caminhos da educação superior em direitos humanos no México, e como se construiu a perspectiva latino-americana da educação voltada para o fortalecimento da democracia, afirma que,

A finales del siglo XX em América latina emerge um processo que construye uma perspectiva latino-americana de educación em derechos humanos fortalecida y legitimada. Fortalecida por el movimiento de derechos humanos que hoy incorpora desde cada espacio de la sociedad civil actividades educativas em derechos humanos, paz y democracia. Legitimada por el reconocimiento de instituciones nacionales e internacionales que han incorporado em diversas normatividades la exigência de esta educación para o fortalecimiento da democracia.

No Brasil, na década de 1990 começaram os primeiros estudos sobre a questão dos direitos humanos e o surgimento dos primeiros cursos de pós-graduação, sendo a maioria ainda como uma área de concentração ou linha de pesquisa em direitos humanos, dentro dos programas de pós-graduação em Direito, assim como os primeiros grupos de pesquisa sobre este tema foram surgindo ligados a estes programas. Depois foi se ampliando e expandindo-se para outras áreas como sociologia, serviço social, educação, meio ambiente entre outras.

Nos últimos dez anos alguns programas em direitos humanos foram aprovados pela CAPES na área Interdisciplinar, marcando uma tendência da saída desses Programas da área do Direito. Além disso, muitos programas que não estão na área do Direito e nem na área de DH também foram aprovados, o que continua a dinamizar os estudos sobre este tema dentro das mais diversas áreas.

A produção científica sobre DH começou a crescer, entretanto, foi especialmente em meados da década de 2000. Esse tema ampliou-se significativamente quando se tornou visível a preocupação científica por compreender os fenômenos jurídicos e sociais sobre a questão dos direitos humanos (DH) no Brasil, suas violações e ordenamento jurídico e concepções filosóficas.

Dessa maneira, podemos afirmar que a área de Direitos Humanos se constitui ainda um campo em construção, pois enquanto área do conhecimento é relativamente nova e, em face disso, existem poucos estudos que

sistematizem reflexões sobre este campo de saber, que articula ciência e militância, na defesa de direitos e do campo científico em construção.

A questão dos Direitos Humanos é uma dessas questões que pressupõem conhecer o lugar do qual se olha e o efeito de colocar em dúvida conhecimentos e certezas, questioná-los a partir de condições próprias do ambiente onde se vive. Por se apresentar como fenômeno multifacetado, exige, para sua compreensão, não só repensá-lo no interior de um horizonte histórico, mas que a este horizonte histórico se incorporem às noções de complexidade manifestas na cultura político-social de uma sociedade que produz (reproduz) a comunidade e a sociedade de direitos (VIOLA, 2007, p. 119)

No Brasil, similar a muitos outros países, a estrutura da produção do conhecimento, tarefa primordial da ciência, está ancorada principalmente dentro das universidades, em seus institutos, laboratórios, núcleos e se consolida por meio de grupos de pesquisa e redes de pesquisa. Nessa medida, a estrutura brasileira de pesquisa científica e tecnológica está sob a responsabilidade do Ministério de Ciência e Tecnologia (www.mct.gov.br) e de suas agências. Entre elas temos o CNPq, órgão que executa mais diretamente a política de C&T do Brasil. Na esfera estadual existem as fundações de amparo à pesquisa, que concretizam as políticas estaduais de fomento à ciência.

Estas instituições trabalham principalmente com editais específicos para o apoio aos projetos de pesquisa, e com bolsas de apoio à pós-graduação, inclusive no exterior, além de outros apoios diversos. Também atuam com a formação e manutenção de bancos de dados de prestígio nacional como o Diretório de Grupo de Pesquisa (DGP) do CNPq e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT - Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (<<http://bdt.d.ibict.br>>), ambos utilizados como lugares privilegiados da coleta de dados na nossa pesquisa.

No Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, atualmente existem 229 grupos registrados, que têm em sua denominação o termo direitos humanos. Entretanto, a grande maioria desses grupos não está ligada diretamente a programas de pós-graduação em Direitos Humanos, denotando a transversalidade deste tema em várias áreas do conhecimento.

Por grupos de pesquisa, entendemos que são comunidades científicas compostas por pesquisadores/as de uma ou mais áreas do conhecimento. Expressam-se por meio de uma produção acadêmica em torno de um tema, subdividindo-se em linhas de pesquisas ou subtemas, na perspectiva de produzir conhecimentos sobre fenômenos da realidade, tanto no que se refere às ciências sociais e humanas, de maneira mais abrangente, como as ciências exatas e da natureza.

O nosso estudo se concentra sobre a análise de grupos de pesquisa

registrados no DGP-CNPq, que têm em sua denominação a expressão Direitos Humanos (DH). Esta delimitação é importante porque nos coloca frente às informações de grupos de pesquisa que assumem de partida a questão dos direitos humanos, em sua denominação.

A nossa análise se concentra também em outro lugar importante de produção científica, que são os programas de pós-graduação, que expressam sua produção em teses e dissertações. Estes programas, organizados em áreas de concentração e em linhas de pesquisa, têm correlata sintonia com os grupos de pesquisa, já que os seus professores-pesquisadores se organizam em grupos de pesquisa que dão sustentação as linhas de pesquisa do programa que participam.

Por conta disso, caracterizar esta produção da pós-graduação (teses e dissertações) e analisá-la na perspectiva articulada com os resultados do mapeamento dos grupos de pesquisa, incide numa abordagem analítica mais ampla e profunda, necessária aos estudos dessa natureza.

2. Cenário da produção do conhecimento de direitos humanos

Estudar a produção científica brasileira referente à temática de Direitos Humanos foi um exercício epistemológico interessante, na medida em ela, por ser interdisciplinar, está presente em muitas áreas e cursos de mestrado e doutorado. Isso tornou desafiadora a coleta de dados, ao mesmo tempo em que nos mostrou um panorama inédito, na medida em que nos revelava, a cada tabela sistematizada, um conjunto de informações novas, que até o momento não identificamos em nenhum outro estudo sobre esta temática.

2.1. Caracterização dos grupos de pesquisa sobre direitos humanos

Dos dados coletados no DGP-CNPq, foi realizada uma caracterização sobre o perfil dos grupos de pesquisa sobre direitos humanos, que resultou em um conjunto de várias tabelas que consubstanciaram a nossa análise. Numa primeira perspectiva, podemos afirmar que o panorama dos Grupos de Pesquisa que tratam dessa temática traduz-se nos seguintes aspectos:

- 852 GPs tratam da temática de DH, com designação no nome ou nas linhas de pesquisa
- 229 GPs que tratam da temática de DH, com designação no nome
- 623 GPs que tratam da temática de DH, nome das linhas de pesquisa ou palavras-chave

- 113 Instituições têm GPs em DH (2 são repetidas em outros estados)
- 4 GPs estão registrados na área de Ciências da Saúde
- 70 GPs estão registrados na área de Ciências Humanas
- 155 GPs estão registrados na área de Ciências Sociais Aplicadas
- 118 GPs são liderados por mulheres
- 111 GPs são liderados por homens

Entretanto, importa referir, que o número de grupos de pesquisa que estuda Direitos Humanos, aumentaria substancialmente se tivéssemos considerado também, no motor de busca do CNPq, os grupos com linhas de pesquisa em DH, que não tivesse o nome essa inscrição no título do Grupo.

2.2. Grupos de pesquisa com produção sobre direitos humanos

Na base de dados que trabalhamos, procuramos desvendar os primeiros cenários da organização científica, por meio dos Grupos de Pesquisa, sistematizando o número de instituições com GPs em DH, por região, o que nos confirmou a hegemonia da região Sudeste, tanto em número de instituições, quanto em grupos de pesquisa, como se vê na Tabela 1.

Tabela 1. Total de grupos de pesquisa, região e número de instituições, tendo no título a expressão direitos humanos

Região	Nº de Instituições	Nº de GPs
Norte	10	21
Nordeste	25	55
Centro-Oeste	12	31
Sudeste	36	73
Sul	32	49
TOTAL	115	230

Esta síntese, nos evidenciou também que a região Nordeste está um pouco à frente da região Sul em número de GPs, apesar de estar atrás da região Sul em número de instituições. Já as regiões Centro-Oeste e Norte que ocupam 3º e 4º lugar respectivamente, tanto em número de GPs, quanto em números de instituições onde estes grupos estão instalados e funcionando,

apontam para novas compreensões, se colocarmos estes dados dentro de representações proporcionais ao número de instituições e GPs existentes em todas as regiões em comparação com o número total no país.

O cenário dos grupos de pesquisa no Brasil, também aponta para a relevância que cada região compreende as questões em torno dos direitos humanos como campo epistêmico; o que nos revela como este campo, que também é político, e está organizado e demarcado na academia. Nessa direção, a diversidade de condições econômicas e sociais entre as regiões e entre os estados aponta para a especificidade interna com que cada estado se organiza cientificamente sobre a temática dos direitos humanos, conforme se vê na Tabela 2.

Tabela 2. Total de grupos de pesquisa, região/estado e número de instituições, tendo no título a expressão direitos humanos

Região	Nº de Instituições	Nº de GPs
Norte	10	21
AC	1	1
AM	2	4
AP	1	2
PA	3	9
RO	1	1
RR	1	1
TO	1	3
Nordeste	25	55
AL	1	4
BA	8	13
CE	4	7
MA	2	5
PB	3	10
PE	1	4
PI	2	3
SE	2	7
RN	2	2

Centro-Oeste	12	31
AL	4	10
BA	3	6
CE	4	13
MA	1	2
Sudeste	36	73
ES	3	7
MG	8	15
RJ	8	13
SP	17	26
Sul	32	49
PR	07	16
RS	15	18
SC	10	15
TOTAL	115	229

Na Tabela 2, apresentamos os quantitativos de instituições e de GPs por estado, totalizando ainda por região, demonstrando o quanto cada um contribui para o total da região. Dentro dessa perspectiva, podemos ponderar sobre os estados que mais desenvolvem pesquisa sobre direitos humanos, partindo do potencial de produção dos GPs instalados nas instituições de cada estado e região, assim como os que mesmos desenvolvem, tanto no âmbito da região quanto no do estado.

Assim temos na região Norte, os estados do Pará e do Amazonas, respectivamente com os maiores números de GPs e de instituições envolvidas na pesquisa sobre DH. Na sequência tem o estado de Tocantins, que apesar de ter apenas uma instituição envolvida, contempla 3 GPs. Os demais estados estão com uma representação unitária, tanto de GPs quanto de instituições. Na região Nordeste, a presença de GPs e de instituições que pesquisam sobre DH são mais expressivas. Os estados que mais se sobressaem são Bahia, Ceará e Paraíba em ordem decrescente de número de instituições envolvidas, e em número de GPs são Bahia, Paraíba, e Ceará e Sergipe empatados. Os demais estados são em números menores, mas ainda sim são superiores aos da região Norte, conforme se vê o estado de Pernambuco e Alagoas com o menor

número de instituições (1), mas com 4 GPs e o estado do Rio Grande do Norte com apenas 2 GPs e 2 instituições envolvidas.

Na região Centro-Oeste, o estado de Mato Grosso do Sul juntamente com o Distrito Federal concentra o maior número de instituições envolvidas, entretanto Mato Grosso do Sul reúne o maior número de GPs (13) da região, seguido pelo Distrito Federal com 10 GPs. Já o estado com os menores números quantitativos de GPs (2) e instituições envolvidas (1) é o Mato Grosso.

Na região Sudeste, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro se destacam, com quantitativos muito expressivos, como 17 instituições e 25 GPs para São Paulo e o Rio de Janeiro, que apesar de ter a metade do número de instituições de São Paulo, tem um número levemente superior de GPs (26). Com relação ao estado com os menores quantitativos, tem o de Espírito Santo, que apesar de ter 3 instituições envolvidas e 7 GPs, este número são superiores a muitos estados e até mesmo regiões, como a Norte.

Por fim, temos a região Sul, com quantitativos elevados, tanto em termos de instituições envolvidas quanto em GPs. O Rio Grande do Sul a frente com 15 instituições e 18 GPs, seguidos pelos Estados do Paraná e de Santa Catarina, que apesar de uma diferença em número de instituições, os resultados em números de GTs são muito próximos, na medida em que o Paraná tem 16 GTs e Santa Catarina 15; números estes maiores que qualquer estado do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

2.3. Programa de pós-graduação com produção científica sobre direitos humanos

Com relação à produção científica dos programas de pós-graduação com produção em DH, a nossa primeira curiosidade foi de conhecer como se deu a consolidação desse quadro de programas nos últimos 15 anos (2000-2015) e os lugares dessa produção. Para tanto começamos por sistematizar as informações sobre os números de instituições por ano, de maneira a conhecer as instituições pioneiras e aquelas que foram consolidando suas contribuições ao longo desses anos, conforme se vê na Tabela 3.

Olhando este quadro podemos ver o crescimento do número de instituições que passaram a produzir teses e dissertações com a expressão de Direitos humanos no título. Da pioneira UFSC nessa área em 2000, o que ocorreu foi um crescimento ascendente que revelou não apenas o número de instituições, mas também o correspondente aumento de programas de pós-graduação com estudos sobre este tema.

Tabela 3. Instituições com programa/cursos que produzem teses e dissertações com título que contenha a expressão direitos humanos, organizada por ano

Ano	Nº de instituições	Instituições
2015	15	FGV, PUC-RS, UFJF, UFPB, UFPR, UFRGS, UFS, UFSC, UFT, UNB, UNESP, UNICAMP, UNICEUB, UNISINOS, USP
2014	16	IPM, PUC-RS, UCB, UFC, UFG, UFMG, UFPB, UFPE, UFPR, UFRGS, UFRN, UNESP, UNICAMP, UNISINOS, UNIVATES, USP
2013	25	EST, FGV, PUC-RS, UCB, UEL, UERJ, UFBA, UFC, UFPA, UFPB, UFPE, UFPR, UFRGS, UFRN, UFSC, UFU, UNB, UNESP, UNICAMP, UNICAP, UNIFOR, UNISANTOS, UNISINOS, UNISINOS, USP
2012	19	EST, FGV, PUC-RS, UCB, UEL, UERJ, UFBA, UFC, UFPA, UFPB, UFPE, UFPR, UFRGS, UFRN, UFSC, UFU, UNB, UNESP, UNICAMP, UNICAP, UNIFOR, UNISANTOS, UNISINOS, UNISINOS, USP
2011	22	EST, PUC-RS, UCS, UEL, UERJ, UFBA, UFG, UFMA, UFMG, UFPA, UFPB, UFPE, UFPEL, UFRN, UFSC, UFU, UNB, UNESP, UNIFOR, UNISANTOS, UNISINOS, USP
2010	21	EST, PUC-RS, UCS, UEL, UERJ, UFBA, UFG, UFMA, UFMG, UFPA, UFPB, UFPE, UFPEL, UFRN, UFSC, UFU, UNB, UNESP, UNIFOR, UNISANTOS, UNISINOS, USP
2009	14	EST, IPM, UCB, UEL, UERJ, UFPB, UFPE, UFSC, UFSCAR, UNB, UNESP, UNICAMP, UNIVATES, USP
2008	12	IPM, PUC-PR, UEPA, UFBA, UFMG, UFPB, UFSCAR, UNB, UNICAP, UNIFOR, UNISINOS, USP
2007	8	IPM, UFC, UFPA, UFPE, UFRGS, UFSC, UNICAP, UNIFOR
2006	8	UFSC, UCB, UFC, UFPE, UNB, UNESP, UFRGS, PUC-PR
2005	6	UEPA, UEPB, UFPB, UNB, UNICAMP, UNISANTOS
2004	3	UDESC, UFPE, UFSC
2003	4	PUC-PR, UFMG, UFPE, UFSC
2002	1	UFSC
2001	2	UFPE, UFSC
2000	1	UFSC
TOTAL	177	

Olhando este quadro podemos ver o crescimento do número de instituições que passaram a produzir teses e dissertações com a expressão de Direitos humanos no título. Da pioneira UFSC nessa área em 2000, o que ocorreu foi um crescimento ascendente que revelou não apenas o número de instituições, mas também o correspondente aumento de programas de pós-graduação com estudos sobre este tema.

Outra revelação importante deste estudo refere-se aos lugares onde esta produção científica é gerada e dentro dessa perspectiva, o nível de presença nas diversas áreas, já que ficou claro que Direitos Humanos, apesar de ter sua gênese no direito, está presente em várias áreas do conhecimento, como se vê nas tabelas 4, 5, 6, 7 e 8 a seguir, onde apresentamos a sistematização da produção científica sobre direitos humanos, situada dentro das instituições e dos programas/cursos, organizadas ainda por região.

Esta sistematização nos levou a conhecer como a interdisciplinaridade dessa área se constrói em cada região e as contribuições e ênfases que cada instituição dá na produção desse conhecimento.

Tabela 4. Instituição, cursos e produção com indicação de direitos humanos no título, na REGIÃO NORTE

Instituições	Programas/Cursos	Total da produção por instituição
UFPA	(3) Direito; (1) Ciência Política; (1) Educação em Ciências e Matemática.	5
UEPA	(2) Direito.	2
UFT	(1) Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos	1
TOTAL	3 Instituições	8 teses e dissertações

A sistematização da região Norte nos mostra que os programas de pós-graduação da área do Direito têm uma hegemonia na produção sobre direitos humanos, mas nos aponta também a presença de áreas próximas, como as das Ciências Humanas que incluem Ciência Política e Educação, com concentração em Ciências e Matemática, o que desperta atenção.

Por sua vez a organização dos dados referentes à região Nordeste nos mostra que os programas de pós-graduação da área do Direito também têm uma hegemonia destacada na produção sobre direitos humanos na grande maioria das instituições. Entretanto há também uma significativa presença dessa produção na área de Ciências Humanas abrangendo várias subáreas. A novidade é que há produção na área da saúde.

Tabela 5. Instituição, cursos e produção com indicação de direitos humanos no título na REGIÃO NORDESTE

Instituições	Programas/Cursos	Total da produção por instituição
UFPB	((17) Ciências Jurídicas; (13) Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas; (4) Psicologia; (3) Psicologia Social; (3) Filosofias; (2) Educações; (2) Sociologias e (1) Serviço Social	45
UFPE	(10) Direito; (4) Ciência Política; (4) Serviço Social, (3) Educações; (1) Ciências Jurídicas; (1) Comunicação; (1) Desenvolvimento e Meio Ambiente; (1) Psicologia; (1) Psicologia Cognitiva; (1) Saúde Coletiva, (1) Educação Matemática e Tecnológica;	28
UNIFOR	(10) Direito Constitucional	10
UFRN	(5) Direito; (1) Ciências Sociais; (1) Educação; (1) Serviço Social	8
UFBA	(3) Educações; (3) Direito; (1) Administrações; (1) Alimentos Nutrição e Saúde; (1) Enfermagens	9
UFC	(2) Direito; (2) Educação Brasileira; (1) Sociologia (1) Saúde Coletiva	6
UNICAP	(4) Direitos, (1) Ciências da Religião	5
UEPB	(1) Ciências da Sociedade	1
UFAL	(1) Direito	1
UFMA	(1) Saúde e Ambiente	1
UFS	(1) Sociologia	1
TOTAL	11 Instituições	115 teses e dissertações

Por sua vez a organização dos dados referentes à região Nordeste nos mostra que os programas de pós-graduação da área do Direito também têm uma hegemonia destacada na produção sobre direitos humanos na grande maioria das instituições. Entretanto há também uma significativa presença dessa produção na área de Ciências Humanas abrangendo várias subáreas. A novidade é que há produção na área da saúde.

Tabela 6. Instituição, Cursos e Produção com indicação de Direitos Humanos no título na REGIÃO CENTRO-OESTE

Instituições	Programas/Cursos	Total da produção por instituição
UFPA	13 Direitos; (4) Direitos Humanos e Cidadania; (3) Relações Internacionais; (2) Bioéticas; (1) Antropologias; (1) Ciência Política; (1) Ciências da Saúde; (1) Ciências Sociais; (1) Comunicações; (1) Histórias; (1) Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde; (1) Psicologias; (1) Sociologias	31
UEPA	(6) Direitos Humanos; (1) Filosofias; (1) Sociologias	8
UEPA	((5) Direito; 01 Educações; 01 Psicologias	7
UEPA	(2) Direito	2
UFT	(1) Direito	1
TOTAL	5 Instituições	49 teses e dissertações

A interpretação da Região Centro-Oeste referente aos programas de pós-graduação da área do Direito apontam que em todas as instituições há a produção sobre direitos humanos, com destaque para a UNB. Além da presença dessa produção na área de Ciências Humanas, que se configura em outras regiões, nos chama atenção a presença da subárea e Relações Internacionais e Bioética, além de outros da área da Saúde.

Os dados da Região Sudeste nos dizem que os programas de pós da área do Direito estão presentes em todas as instituições e estes apontam uma hegemonia destacada na produção sobre Direitos Humanos. Além da presença dessa produção na área de Ciências Humanas e da Saúde, que se configura também em outras regiões, nos chama atenção a presença da subárea de Relações Internacionais, Integração da América Latina, Ecologia, Energia, Artes.

A análise dos dados da região Sul nos apresenta um cenário em que os programas de pós-graduação da área do Direito estão presentes na maioria das instituições e estes têm um destaque destacada na produção sobre direitos humanos. A presença dessa produção na área de Ciências Humanas também é significativa e como tal se assemelha com as demais regiões. O que há de novo nessa Região são produções em programas de Ambiente e De-

envolvimento e de Desenvolvimento Regional. Porém não aparece nenhuma produção na área da Saúde, como se viu em outras regiões.

Tabela 7. Instituição, cursos e produção com indicação de direitos humanos no título na REGIÃO SUDESTE

Instituições	Programas/Cursos	Total da produção por instituição
USP	(27) Direitos; (16) Direitos Humanos; (6) Relações Internacionais; (5) Educações; (4) Direitos do Estado; (4) Direito do Trabalho; (4) Ciência Política; (3) Direito Internacional; (3) Integração da América Latina; (2) Sociologia; (2) Filosofia; (2) Enfermagem Psiquiátrica; (1) Ciências do Cuidado e da Saúde; (1) Ecologia Aplicada; (1) Energia; (1) Filosofia e Teoria Geral do Direito; (1) História Social; (1) Mudança social e participação política; (1) Saúde Pública.	85
UNESP	(8) Direito; (6) Ciências Sociais; (2) Educação; (2) Relações Internacionais, (1) Ciência Política	19
UERJ	(7) Direito; (1) Ciência Política; (1) Políticas Públicas e Formação Humana; (1) Relações Internacionais; (1) Saúde Coletiva.	11
UFMG	(7) Direito; (1) Educação	8
FGV	(3) Gestão e Políticas Públicas; (1) Direito; (1) Poder Jurídico, (1) Administração de Empresas; (1) Administração Pública e Governo.	7
IPM	(7) Direito Político e Econômico	7
UNICAMP	(5) Ciência Política; (1) Artes.	6
UFU	(3) Direito Público; (1) Ciências da Saúde; (1) Educação; (1) Filosofia	6
UFSCAR	(2) Ciência Política; (2) Educação.	4
UNISANTOS	(4) Direito	4
UFJF	(2) Direito	2
METODISTA	(1) Educação	1
TOTAL	12 Instituições	160 teses e dissertações

Tabela 8. Instituição, Cursos e Produção com indicação de Direitos Humanos no título na REGIÃO SUL

Instituições	Programas/Cursos	Total da produção por instituição
UFSC	(22) Direito; (2) Filosofia; (2) Sociologia; (1) Educação; (1) Sociologia Política	28
UNISINOS	(20) Direito; (1) Ciências Sociais; (1) Direito Público; (1) Educação; (1) Filosofia	24
PUC-RS	(8) Ciências Criminais; (3) Direito; (1) Ciências Sociais; (1) Educação; (1) Serviço Social	14
UFRGS	(3) Direito; (3) Relações Internacionais; (2) Ciência Política; (1) Educação; (1) Sociologia	10
EST	(4) Teologia, (1) Ciência da Religião	5
PUC-PR	(4) Direito; (1) Educação	5
UFPR	(2) Direito; (1) Educação; (1) Psicologia	4
UEL	(1) Direito Negocial; (1) Educação; (1) Serviço Social e Política Social	3
FURB	(1) Desenvolvimento Regional	1
UDESC	(1) Educação e Cultura	1
UFPEL	(2) Direito	1
UNIVATES	(1) Educação	1
TOTAL	12 Instituições	97 teses e dissertações

Fazendo uma síntese de todas as instituições que produzem teses e dissertações sobre Direitos Humanos e o total dessa produção, temos a seguinte tabela.

Esta tabela nos mostra, olhando os percentuais referentes ao número de instituições e aos números da produção de teses e dissertações, que as instituições da Região Sudeste são as mais produtivas se observarmos que elas representam 27,91% e são responsáveis por 37,3% do total da produção, o que é coerente com a realidade dessa região se pensarmos em termos de USP, que sozinha é responsável por 19,81% da produção nacional, além de uma grande número de instituições.

Tabela 9. Instituição, Cursos e Produção com indicação de Direitos Humanos no título na REGIÃO NORTE

REGIÃO	Nº DE INSTITUIÇÕES		TOTAL DA PRODUÇÃO POR REGIÃO	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Norte	3	6,98 %	8	1,86 %
Nordeste	11	25,57 %	115	26,81 %
Centro-Oeste	5	11,63 %	49	11,42 %
Sudeste	12	27,91 %	160	37,30 %
Sul	12	27,91 %	97	22,61 %
TOTAL	43 Instituições		429 teses e dissertações	

Esta tabela nos mostra, olhando os percentuais referentes ao número de instituições e aos números da produção de teses e dissertações, que as instituições da Região Sudeste são as mais produtivas se observarmos que elas representam 27,91% e são responsáveis por 37,3% do total da produção, o que é coerente com a realidade dessa região se pensarmos em termos de USP, que sozinha é responsável por 19,81% da produção nacional, além de uma grande número de instituições.

Em segundo lugar, tem-se a região Nordeste com 25,57% do número de instituições e responsável por 26,81% da produção. Em terceiro, tem-se a Região Sul, que apesar de apresentar um percentual um pouco maior referente ao número de instituições, tem uma produção de 4,2% menor que a região Nordeste.

Em quarto lugar tem-se os resultados da região Centro-Oeste que detém 11,63% do total de instituições e uma produção científica de 11,42%, o que mostra uma harmonia entre estes dois percentuais. Já a região Norte que tem um percentual de instituições em torno de 5% menor que a região Centro-Oeste, sua produção é 6 vezes menor se comparada com esta mesma região.

2.4. GTs sobre direitos humanos por região: que nos dizem sobre a agenda epistemológica

O quadro teórico da Sociologia das Ausências, desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos (2003), procura demonstrar que aquilo que não existe é, na verdade, ativamente produzido como não existente, como uma alternativa não credível ao que existe. A questão da não existência incide então numa invisibilidade produzida, numa descredibilidade construída de modo a apontar cenários sem alternativas.

Nos termos deste quadro há muita experiência social que não é visível ou credível à luz das teorias e concepções políticas e sociológicas dominantes. Este trata de práticas sociais protagonizadas por grupos sociais subalternos e excluídos que vão contra os modos hegemônicos de pensar e de agir. Vistas da perspectiva da Sociologia das Ausências, tais práticas anteveem alternativas disponíveis ou possíveis ao modo injusto e não aparentemente sem alternativas em que vivemos. Assim, a Sociologia das Ausências procura “transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças” (SANTOS, 2003, p. 743).

A alusão a este quadro teórico nos ajuda a pensar que, apesar dos muitos temas de estudo apontados na Tabela 10, a ausência de alguns temas de estudo nas regiões também pode nos dizer muito sobre a pauta, tanto política quanto epistemológica, daquilo que pode ou não estar sufocado no campo dos direitos humanos sem espaço de luta contra as violações.

A partir das realidades de cada região e seus contextos sociais, econômicos e ambientais, a agenda de investigação sobre Direitos Humanos vai se configurando conforme as especificidades regionais pelos grupos de pesquisa; o que aponta de alguma maneira para pauta política dessa área interdisciplinar, que se faz preocupação das instituições de pesquisa, dos grupos dominantes e da sociedade civil organizada e que demandam estudos e respostas às violações e/ou fragilidades dos direitos humanos em cada região, conforme se vê na Tabela 10.

Em todas as regiões do Brasil, existem grupos de pesquisa sobre ‘ética’ e ‘políticas públicas’; em alguns casos esses temas são mais específicos, como ‘segurança pública’ e ‘violência’. Os temas ‘educação’ e ‘sociedade’ são eixos de estudo das regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, menos da região Centro-Oeste. Já ‘desenvolvimento’ só não é tema de estudo na região Sudeste. ‘Cidadania’ é objeto de estudo nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste. E ‘democracia’ é estudado no campo de direitos humanos nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul.

Tabela 10. Temas específicos dos GTs sobre Direitos Humanos por Região

REGIÃO	TEMAS ESPECÍFICOS DOS GRUPOS DE PESQUISA
Norte	Amazônia; Cooperação Internacional; Democracia; Desenvolvimento; Direito Ambiental; Direitos Constitucionais na Amazônia; Direitos Fundamentais; Educação em Ciências; Educação; Estudos agrários; Ética; Fundamentação das Decisões Judiciais; Gestão social; Hermenêutica; Humanismo latino; Jornalismo na Amazônia; Judiciário; Jurisdição; Meio Ambiente; Políticas Públicas; Religião; Responsabilidade Tributária; Segurança; Sociedade; Sustentabilidade na Amazônia.
Nordeste	Acesso à justiça; Biodireito; Biodiversidade; Biotecnologia; Cidadania; Comunicação; Cultura; Democracia; Desenvolvimento Regional; Direito Internacional; Direitos das Minorias; Diversidade; Educação; Ensino Jurídico; Estado; Estudos Psicossociais da Exclusão/Inclusão; Ética; Exclusão; Família; Filosofia dos Direitos Humanos; Gênero e Sexualidade; Gestão; Hermenêutica Jurídica; Inclusão social; Interculturalidade; Justiça; Liberdade; Meio Ambiente; Multiculturalismo; Natureza Humana; Novas tecnologias; Pluralismo; Poder; Política Criminal; Política de Drogas; Políticas; População; Pragmatismo Jurídico; Prisões; Psicologia; Reconhecimento dos Direitos Humanos; Resolução de conflitos; Saúde; Segurança Pública; Sociedade; Teorias da Justiça; Território e Violência.
Centro-Oeste	Ações Afirmativas; Anemia falciforme; Antropologia; Biodiversidade; Cidadania; Comércio Internacional; Constituição; Criminalidade; Cultura de Paz; Cultura Jurídica; Desenvolvimento Sustentável; Direito Internacional; Direitos Humanos na América Latina; Direitos Sexuais; Discriminação; Diversidade Sexual; Diversidade; Educação; Efetivação Possível; Empregos Verdes; Estado Democrático de Direito; Ética; Função social da empresa; Genética; Geografia da Saúde; Inovação e Tecnologia ; Interdisciplinaridade; Justiça; Medicina; Meio Ambiente; Memória; Mundo Globalizado; Poder Judiciário; Política; Políticas Públicas; Povos Tradicionais; Relações Transfronteiriças; Representações Sociais; Sexualidade; Sistema Penal; Sociedade; Sustentabilidade; Verdade e Violência
Sudeste	Acesso à Justiça; Advocacia Internacional; Agentes de Direitos Humanos; Arquivos de DH; Bioética; Cidadania; Ciências Penais; Comunicação e Mídia; Controle Social Penal; Criminologia; Cultura; Currículo; Democracia; Desenvolvimento; Desigualdades; DH na América Latina; Direito Civil; Direito Internacional; Educação Energias emancipatórias; Epistemologia Ambiental; Estado de Exceção Permanente; Estado Democrático de Direito; Ética; Ferramentas de Pesquisa para diagnóstico na área da saúde; Filosofia dos DH; Financeiro; Fundamentos da Justiça; Gênero; Globalização; Governança Global; Infância e adolescência no Brasil; Inovação; Inovações na Educação em DH; Interculturalidade; Internacionalização das Decisões de DH; Intervenções sociais; Jurisprudência da Corte IDH; Justiça; Juventude; Lei; Meio Ambiente; Mídia; Mulher; Poder Judiciário; Política de Drogas; Políticas de Justiça; Políticas Públicas; Processo Penal; Proteção Penal; Questão Social; Raça/Etnia; Reconhecimento; Relações Sociais; Secularismo; Segurança Pública; Sistema Interamericano; Sistemas Internacional e Regional; Social; Sociedade; Tecnologia; Trabalho e marxismo; Transdisciplinaridade; Tutela Penal; Violação de DH no âmbito corporativo e Vulnerabilidades

Ins	Bioética; Cidadania; Conexões de Saberes; Conflitos Sociais; Controle de constitucionalidade; Controle penal; Criança e do Adolescente; Currículo; Democracia; Direito Internacional; Diversidade; Educação para a Paz; Educação; Equidade; Estado; Ética; Exercício profissional do assistente social; Experiências Docentes; Família; Filosofia; Fraternidade; Fronteira; Gênero e Corporalidades; Inclusão; Interdisciplinaridade; Justiça; Meio Ambiente; Memorial dos DH; Mobilidade Humana Internacional; Novos Direitos; Políticas Públicas; Relações Internacionais; Responsabilidade internacional do Estado; Segurança Pública; Singularidade; Sistema de Justiça; Sistema Interamericano de DH; Sociedade; Trabalho no Contexto Global Atual e Violência.
-----	--

Fonte: Grupos de Pesquisa do CNPq

Nas especificidades de cada região podemos perceber os temas têm forte ligação com as questões que caracterizam o cenário de violação ou de enfrentamentos em defesa dos direitos humanos. E eles pautam objetos de pesquisa que dizem das características, desafios e demandas das lutas por direitos humanos no Brasil.

Na Região Norte, os grupos de pesquisa têm como objeto os estudos a Amazônia em várias perspectivas: 'direito ambiental e meio ambiente', 'sustentabilidade', assim como 'estudos agrários', 'religião', 'responsabilidade tributária' e 'resolução de conflitos'. Estes temas de pesquisa, de fato, representam as principais questões que a sociedade dessa região enfrenta em termos de violação ou insegurança quanto à proteção dos direitos humanos. Sendo esta região um lugar de muitos conflitos agrários, a questão da terra e do meio ambiente se pautam predominante em defesa dos direitos da natureza e das comunidades indígenas, ribeirinhas e trabalhadores rurais e seu direito de viver em harmonia com a floresta ou em regimes de exploração da natureza sustentáveis.

As especificidades da Região Nordeste apontam uma agenda epistemológica para os temas: 'acesso à justiça', 'biodireito', 'biodiversidade' e 'biotecnologia', 'direitos das minorias', 'diversidade', 'gênero e sexualidade', 'interculturalidade' e 'multiculturalismo', 'saúde', entre outros. Isso nos ajuda a perceber o Nordeste como ele é em seus principais dilemas sociais: a questão dos seus biomas, a busca por tecnologias alternativas e enfim a predominância do machismo e LGBTfobia, devido à cultura socialmente aceita do cabra macho, especialmente no interior e periferia urbana, mas não só. As questões em torno da interculturalidade e multiculturalismo expressam as lutas das populações indígenas e quilombolas que vivem de maneira marginal nesta região, com poucas políticas públicas que protejam estas populações e assegurem os direitos, além da preocupação da saúde como direito fundamental para toda a população que sofre com as precariedades dos sistemas de saúde público da região.

As características da região Centro-Oeste aproximam-se de alguns

contextos sociais tanto da região Norte, como 'biodiversidade e meio ambiente', 'desenvolvimento sustentável' e 'povos tradicionais'. Vale lembrar que este é um território do agronegócio e, por isso, as temáticas: 'empregos verdes', 'genética', 'geografia da saúde' e 'medicina' ganham relevância, além das anemias falciformes que acomete uma parte da população empobrecida, como as pessoas negras. A similaridade com a região Nordeste tem a ver com os estudos sobre "direitos sexuais", 'discriminação' e 'diversidade sexual' que acontecem no mesmo cenário de machismo e especificamente homofobia. Por fim, as demandas de estudos de 'cultura de paz' e 'cultura jurídica' como forma de imprimir uma cultura mais democrática, além do cenário de fronteiras que precisa defender as condições humanas nos estudos de relações transfronteiriças.

Na região Sudeste, as frentes de estudo de direitos humanos têm por objeto de estudos algumas questões mais presentes no cotidiano dessa região, como: 'políticas de drogas', 'criminologia e ciências penais', 'juventude', 'comunicação e mídia', 'gênero', 'mulher', 'raça/etnia' e 'reconhecimentos'. Questões filosóficas dos DH, assim como os seus agentes também são objeto de estudos. Por se tratar de uma região onde há muitas agências internacionais, se debruça também ao estudo da 'governança global', 'internacionalização', 'decisões de DH', 'jurisprudência da corte IDH' e 'violação de DH no âmbito corporativo'. Intervenções sociais e ferramentas de pesquisa para diagnóstico na área da saúde dão o tom de respostas práticas as questões dos direitos humanos. A educação é mais aprofundada como pauta de direitos humanos, pois estudam currículo e inovações na educação em DH, entre outras temáticas. As questões de bioética e epistemologias ambientais apontam para os estudos das tecnologias ambientais e as respostas para a busca da inovação nas pesquisas para ganhos de produtividades e sustentabilidade.

Por fim, na região Sul, as temáticas, objeto de estudo de direitos humanos também aborda as questões da bioética e do meio ambiente, o que nos faz lembrar que esta região tem tradição nos transgênicos e nos laboratórios em busca de alta produtividade. A educação também é mais aprofundada como medida de mudança de consciência geracional, pois estudam as questões do 'currículo', das experiências docentes da 'cultura de paz', 'fraternidade' e 'equidade'. Insere-se nesta região estudos da 'família' no âmbito dos direitos humanos, assim como 'criança e adolescente', 'gênero' e 'corporalidades'. Por se tratar de uma região de fronteiras a questão da 'mobilidade humana internacional', das 'relações internacionais', da 'responsabilidade internacional do Estado' e da 'fronteira' também são objeto de produção do conhecimento. Além das questões do 'controle de constitucionalidade', do 'sistema de justiça' e 'interamericano de DH'.

3. Conclusões

No tempo e espaço deste artigo, apresentamos alguns resultados de uma pesquisa maior, realizada no âmbito de uma pesquisa de Estágio Pós-doutoral no PPGDH/UFPE, sobre a estrutura e produção do conhecimento sobre direitos humanos no Brasil, a partir de grupos de pesquisa e da produção de teses e dissertações sobre direitos humanos no Brasil.

Os dois bancos de dados eleitos para nosso estudo, nos proporcionaram um mergulho tanto na estrutura de pesquisa, quanto do resultado da produção científica brasileira expressada em teses e dissertações de vários programas de pós-graduação. Apesar de extensão de dados que o Diretório de Grupos do CNPq e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT nos possibilitaram, foi ainda necessário recorrer ao Currículo Lattes da maioria dos autores(as) de teses e dissertações e/ou acessar suas páginas iniciais a fim de confirmar os programas de pós-graduação nos quais produziram suas pesquisas de mestrado e doutorado, uma vez que esta informação não configura no Base de Dados do IBICT.

Outra questão relevante é o fato de o IBICT, assim como a CAPES e outras bibliotecas ou repositórios de instituições com programas de pós-graduação, não incluir as novas teses e dissertações no acervo rapidamente. Portanto esta amostra estudada não contempla a totalidade de teses e dissertações no Brasil, com a expressão direitos humanos em seu título. Mas também não deixa de ser um conjunto de dados muito expressivo e nos proporcionou um estudo com profundidade.

Esta pesquisa abriu frentes para a continuidade dessas novos estudos, de maneira mais detalhada, ao se apoiar em um rico material sistematizado suficiente para aprofundar outras pesquisas referente à produção do conhecimento sobre este tema.

As nossas conclusões confirmaram a hegemonia da região Sudeste, em número de grupos de pesquisa sobre este tema e de produção acadêmica, mas também apontam que a região Nordeste está um pouco à frente da região Sul em GPs, apesar de um menor número de instituições envolvidas, porém ultrapassa em 4,2% os resultados da produção científica da região Sul. Isso quer dizer que tanto a região Nordeste como a Sul estão muito próximas em quantitativos de estrutura de pesquisa e produção acadêmica, sobre direitos humanos, apesar das diferenças sociais, econômicas e políticas que impactam a luta por direitos humanos no Brasil.

No que se refere às temáticas de investigação em direitos humanos, refletiva a partir dos grupos de pesquisa, a região Sudeste tem uma amplitude maior referente à diversidade de estudos, assim como um maior número de

instituições e grupos, o que faz sentido não só pela concentração populacional, mas também pela concentração de riqueza e por decorrência, de recursos institucionais para pesquisa.

Todas as regiões brasileiras demonstram uma relação objetiva entre sua agenda epistemológica, traduzida nos temas dos grupos de pesquisa, com as problemáticas sociais, econômicas e ambientais locais. Retratam ainda a busca para compreender os desafios e as lutas que a sociedade em geral, mais especificamente os movimentos sociais empreendem na defesa dos direitos humanos, para as garantias individuais, coletivas e geracionais.

Por fim, o nosso estudo confirmou que as universidades públicas são o lugar de excelência dos GPs sobre Direitos Humanos, pois são nelas que mais se encontram os apoios, e a militância política para sua instalação e permanência.

Referências

ANDRADE, Marcelo. É a educação um direito humano? Por quê? In: SACAVINO, Suzana e CANDAU, Vera Maria. *Educação em direitos humanos: temas, questões e propostas*. Petrópolis: DP et Alli Editora, 2008. p. 52-62.

BENADO, Miguel E. Orrellana. Pluralismo, escepticismo y derechos humanos. In: MAGENDZO, Abraham. *De miradas y mensajes a la educación em derechos humanos*. Santiago: LON, Cátedra Unesco de Educación em Derechos Humanos Universidad Academia de Humanismo Cristiano, Ideas Fundación, 2004. p. 61-72.

CAMINO, Leoncio. O papel das ciências humanas e dos movimentos sociais na construção dos direitos humanos. In: TOSI, Giuseppe (org.). *Direitos humanos: história, teoria e prática*. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2005. p. 231-251.

FREITAS, Fábio F. B. de. A questão democrática e os direitos humanos: Encontros, desencontros e um caminho. In: TOSI, Giuseppe (org.). *Direitos humanos: história, teoria e prática*. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2005. p. 277-306.

HARDING, Sandra. *Is science multicutural? Poscolonialisms, feminisms, and epistemologies*. Indiana: Indiana University Press, 1998.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1994.

NUNES, João Arriscado. Teoria crítica, cultura e ciência: o(s) espaço(s) e o(s) conhecimento(s) da globalização. *In: Santos, Boaventura de Sousa (org.). Globalização: factalidade ou utopia. Coleção: A sociedade portuguesa perante os desafios da globalização. Porto: Edições Afrontamento, 2001. p. 297-338.*

QUEIROZ, Giovanni da Silva de. Algumas questões epistemológicas da pesquisa em direitos humanos. *In: TOSI, Giuseppe (org.). Direitos humanos: história, teoria e prática. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2005. p. 217-230.*

RAMÍREZ, Gloria. Los caminos de la educación superior en derechos humanos en México. Hacia una política pública. *In: MAGENDZO, Abraham (ed.). de miradas y mensajes a la educación en derechos humanos. Santiago/Chile: Cátedra UNESCO de Educación en Derechos Humanos, 2004. p. 31-49.*

SADER, Emir. Contexto histórico e educação em direitos humanos no Brasil: da ditadura à atualidade. *In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológico. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 31-49.*

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra, n. 63, out. 2002. p. 237-280.*

TOSI, Giuseppe. *Direitos Humanos: história, teoria e prática. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2005.*

VIOLA, Solon Eduardo Annes. *Direitos humanos no Brasil: abrindo portas sob neblina. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológico. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 119-134.*

Bancos de dados disponíveis na Internet consultados durante a pesquisa

<http://lattes.cnpq.br/web/dgp>. Diretório de Grupo de Pesquisa do CNPq
<http://bdtd.ibict.br>. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT - Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia.

Recebido em: 28 de dezembro de 2018

Aprovado em: 1 de maio de 2019.